

# EXPLORANDO A IDENTIDADE SOCIAL: FATORES E INFLUÊNCIAS

**Alberto Abad**

*Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)*

## **Resumo**

O artigo explora a relevância da identidade social em vários contextos, analisando suas implicações teóricas e práticas. Ele investiga como a identidade social afeta as relações intergrupais, estereótipos e discriminação, buscando compreender suas bases cognitivas e comportamentais. Os pressupostos da Teoria da Identidade Social são discutidos, destacando a busca por um autoconceito positivo e a importância das comparações sociais na avaliação dos grupos. Também examina a diversidade de identidades sociais e seu impacto nas atitudes intergrupais. O papel dos estereótipos na estratificação social é enfatizado, assim como a influência da cultura na formação das identidades sociais. Estratégias para promover a inclusão e reduzir o preconceito são abordadas, reconhecendo a complexidade e a fluidez da identidade social. Limitações do estudo incluem a necessidade de considerar abordagens interseccionais para uma compreensão mais completa das relações intergrupais.

**Palavras-chave:** identidade social, relações intergrupais, estereótipos.

## **Resumen**

El artículo explora la relevancia de la identidad social en varios contextos, analizando sus implicaciones teóricas y prácticas. Investiga cómo la identidad social afecta las relaciones intergrupales, los estereotipos y la discriminación, buscando comprender sus bases cognitivas y comportamentales. Se discuten los supuestos de la Teoría de la Identidad Social, destacando la búsqueda de un autoconcepto positivo y la importancia de las comparaciones sociales en la evaluación de los grupos. También examina la diversidad de identidades sociales y su impacto en las actitudes intergrupales. Se enfatiza el papel de los estereotipos en la estratificación social, así como la influencia de la cultura en la formación de las identidades sociales. Se abordan estrategias para promover la inclusión y reducir el prejuicio, reconociendo la complejidad y fluidez de la identidad social. Las limitaciones del estudio incluyen la necesidad de considerar enfoques interseccionales para una comprensión más completa de las relaciones intergrupales.

**Palabras clave:** identidad social, relaciones intergrupales, estereotipos.

## **Abstract**

*The article explores the relevance of social identity in various contexts, analyzing its theoretical and practical implications. Investigates how social identity affects intergroup relations, stereotypes and discrimination, seeking to understand their cognitive and behavioral bases. The assumptions of Social Identity Theory are discussed, highlighting the search for a positive self-concept and the importance of social comparisons in the evaluation of groups. It also examines the diversity of social identities and their impact on intergroup attitudes. The role of stereotypes in social stratification is emphasized, as well as the influence of culture in the formation of social identities. Strategies to promote inclusion and reduce prejudice are addressed, recognizing the complexity and fluidity of social identity. Limitations of the study include the need to consider intersectional approaches for a more complete understanding of intergroup relations.*

**Keywords:** social identity, intergroup relations, stereotypes.

Naturalmente, os seres humanos são seres sociais, participando constantemente de interações sociais e se afiliando a diversos grupos. Esses grupos desempenham um papel crucial na formação da percepção que os indivíduos têm de si mesmos e dos outros, exercendo influência sobre suas atitudes, comportamentos e relacionamentos entre os grupos. O conceito de identidade social abrange a parte do autoconceito de um indivíduo que se origina de sua associação a grupos sociais específicos.

O autoconceito desempenha um papel essencial na construção da identidade social. Como destacado por Brown (1998), vai além de ser apenas um repositório de informações autobiográficas, representando a maneira como uma pessoa se percebe. Ele desempenha um papel crucial na organização de experiências passadas e presentes, fornecendo respostas para questões como "Quem sou eu?" e "Como me encaixo no mundo?". Pode ser considerado um mapa detalhado que orienta a expressão individual de alguém (Kruglanski & Higgins, 2007).

Ao mesmo tempo, a formação da identidade social está intrinsecamente ligada à pertença a grupos. Esses grupos podem ser formados com base em diversos fatores, como raça, etnia, gênero, religião, nacionalidade ou até mesmo interesses e hobbies compartilhados. Por meio da identidade social, os indivíduos desenvolvem um senso de pertencimento e identificação com seus grupos. Esse senso de pertença exerce uma influência significativa sobre os pensamentos, emoções e ações das pessoas, moldando suas interações sociais e sua visão de si mesmas dentro dessas comunidades.

Este artigo tem como objetivo explorar a importância da identidade social em diferentes domínios, examinando os fundamentos teóricos, evidências empíricas e implicações práticas. Busca-se aprimorar a compreensão do profundo impacto da identidade social na cognição humana, comportamento e dinâmica social. Neste sentido, estudar a identidade social é crucial por várias razões:

- Primeiramente, permite-nos compreender os mecanismos subjacentes às relações intergrupais, estereótipos, preconceito e discriminação. Ao investigar a formação, manutenção e consequências da identidade social, obtemos *insights* sobre como e por que as pessoas desenvolvem vínculos com grupos específicos e como esses vínculos moldam as dinâmicas intergrupais.
- Em segundo lugar, a pesquisa sobre identidade social tem aplicações práticas em diversos domínios, como educação, organizações e relações interculturais. Ela informa estratégias e intervenções voltadas para promover a inclusão, reduzir o viés e fomentar interações intergrupais positivas.

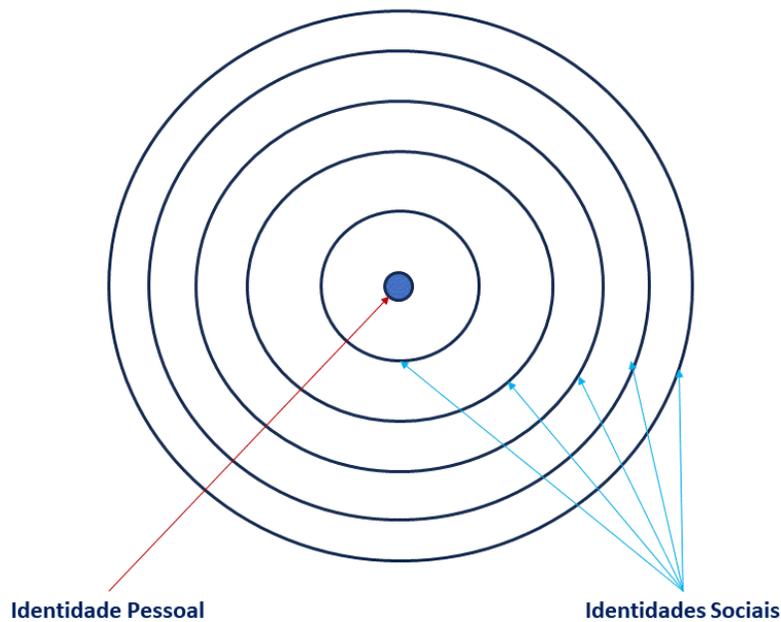
A pergunta central que orienta este artigo é: Como a identidade social influencia as atitudes, comportamentos e relações intergrupais individuais? Ao explorar essa questão, busca-se compreender o papel da identidade social na formação da percepção, julgamentos e interações dos indivíduos dentro e entre grupos. Além disso, pretende-se investigar as condições em que a identidade social se torna saliente e afeta o autoconceito e o comportamento dos indivíduos. Será examinado como a identidade social influencia as atitudes intergrupais e formação de estereótipos.

### **Aspectos gerais**

Turner e Oakes (1986) consideram que o objetivo central da psicologia social é resolver cientificamente o paradoxo de integrar dois domínios bastante distintos de fenômenos: o psicológico, relacionado às propriedades mentais do indivíduo, e o social, que envolve processos, propriedades e produtos resultantes das interrelações entre os indivíduos. Nesse

sentido, as teorias da identidade social historicamente assumiram uma distinção entre o “eu” definido pelas pertencas a grupos (o “eu” coletivo ou social) e o “eu” definido individualmente (o “eu” privado). Todos os indivíduos podem e se definem de ambas as maneiras, alternando entre os níveis de autodefinição dependendo das pistas contextuais sociais sobre qual nível é relevante ou útil no momento (Turner & Oakes, 1986).

Marilynn Brewer (1991) explora a distinção histórica da teoria da identidade social, que tem levado à sua má interpretação. Inicialmente, a teoria foi introduzida nos Estados Unidos como uma teoria do “eu”, limitando as identidades sociais aos aspectos do autoconceito individual. No entanto, a conceituação europeia vai além do nível individual, ampliando o conceito de “eu” (Brewer, 1991). A Figura 1 apresenta uma representação esquemática da teoria da identidade social.



*Figura 1 Identidades pessoal e social (adaptado de Brewer, 1991).*

Brewer (1991) explica que os círculos concêntricos representam diferentes níveis de exclusividade nas definições do “eu” dentro de um domínio específico. A autora considera que a identidade pessoal se refere ao “eu” individualizado – as características que distinguem um indivíduo dos outros dentro de um contexto social específico. Por exemplo, uma pessoa pode se identificar como criativa, extrovertida e apaixonada por arte. Por outro lado, as identidades sociais são categorizações do “eu” em unidades sociais mais inclusivas, despersonalizando o conceito de si mesmo (Brewer, 1991). Nesse caso, a pessoa pode se identificar como parte de um grupo étnico, uma comunidade religiosa ou um movimento social específico.

Ao adotar uma identidade social, o “eu” se transforma em “nós”, e a percepção do eu passa a ser a de um exemplar intercambiável de uma determinada categoria social, em vez de ser vista como uma pessoa única. Isso demonstra como a identidade pessoal e social coexistem e influenciam a forma como nos vemos e nos relacionamos com os outros (Brewer, 1991).

Os círculos concêntricos na Figura 1 também ilustram de forma abrangente a natureza contextual da identidade social. Cada círculo externo representa um nível adicional de identificação e pertencimento social, fornecendo um quadro de referência para diferenciação

e comparação (Brewer, 1991). No círculo central, por exemplo, pode-se representar o "eu" de uma pessoa específica, como um psicólogo ou pesquisador individual. O próximo círculo concêntrico pode representar uma identidade social relacionada à nacionalidade ou etnia, onde o "eu" se identifica com um determinado país ou grupo étnico. Em um nível mais amplo, outro círculo pode simbolizar identidades relacionadas a afiliações religiosas, onde o "eu" se vê como parte de uma comunidade religiosa específica. Além disso, há também a identidade social baseada em interesses ou hobbies, como um círculo que representa a associação a grupos de entusiastas de esportes, música ou arte. Cada um desses círculos concêntricos amplia o escopo da identidade social, influenciando a forma como o "eu" é percebido e se relaciona com diferentes comunidades.

A natureza contextual da identidade social e a influência dos membros do grupo nos comportamentos individuais, destacam a interconexão crucial entre a identidade social e a autorregulação. Os indivíduos são fortemente influenciados pelas ações e comportamentos dos membros do grupo, buscando imitar suas ações e evitando o que esses membros não fazem. Isso exemplifica a importância da identidade social na autorregulação, que envolve a coordenação dos processos afetivos e comportamentais para manter uma percepção positiva de si mesmo, ao mesmo tempo em que se comporta de maneira socialmente adequada e trabalha em direção aos seus objetivos (Kruglanski & Higgins, 2007).

Um exemplo dessa dinâmica pode ser observado em um estudo recente em que os participantes alcançaram uma saúde equilibrada nos domínios físico, mental e social por meio de exercícios regulares em grupo, como parte de uma intervenção de atividade física em toda a comunidade. Isso contribuiu para a expansão das comunidades por meio da conexão social e do apoio mútuo (Komatsu *et al.*, 2017). Os participantes demonstravam comportamentos saudáveis, e os demais membros tendiam a seguir esses padrões, motivados pela identificação com o grupo e pelo desejo de se encaixar e serem aceitos socialmente. Essa dinâmica ilustra que os indivíduos são motivados a fazer o que os membros do grupo interno fazem e a evitar fazer o que os membros do grupo interno não fazem. Nesse sentido, a identidade social é central para a autorregulação (Kruglanski & Higgins, 2007).

### **A Teoria da Identidade Social (TIS)**

Os estudos sobre identidade social, no campo da Psicologia Social, têm em Henri Tajfel um dos principais teóricos, que parte do conceito de autoconceito para defini-la. De acordo com Tajfel e Turner (2004), a identidade social abrange os aspectos da imagem que um indivíduo tem de si mesmo e que derivam das categorias sociais às quais ele percebe pertencer. Assim, a identidade social é definida como "a parcela de autoconceito que deriva do conhecimento que o indivíduo tem de sua pertença a um grupo social (ou grupos), justamente com o significado emocional e valor associado a essa pertença (Tajfel, 1982, p. 290)

De tal modo, Tajfel e Turner (2004) apresentam três pressupostos fundamentais para fundamentar os princípios teóricos da Teoria da Identidade Social (TIS): 1) os indivíduos buscam um autoconceito positivo e se esforçam para manter ou aumentar sua autoestima; 2) os grupos ou categorias sociais e a pertença a eles estão associados a conotações de valor positivas ou negativas; 3) a avaliação do próprio grupo é determinada em relação a grupos específicos por meio de comparações sociais em termos de atributos e características valorizados.

Com base nessas premissas, podem ser derivados alguns princípios teóricos relacionados à TIS:

Indivíduos se esforçam para alcançar ou manter uma identidade social positiva; A identidade social positiva é baseada, em grande parte, em comparações favoráveis que podem ser feitas entre o grupo interno e alguns grupos externos relevantes: o grupo interno deve ser percebido como diferenciado ou distintivo de forma positiva em relação aos grupos externos relevantes; Quando a identidade social não é satisfatória, os indivíduos se esforçarão para sair de seu grupo atual e ingressar em um grupo mais positivamente distintivo e/ou tornar seu grupo atual mais positivamente distintivo. (Tajfel & Turner, 2004, p. 284)

A TIS postula que os indivíduos se esforçam para manter um autoconceito positivo, o qual é alcançado, em parte, por meio da identificação com grupos sociais. Segundo a TIS, as pessoas categorizam a si mesmas e aos outros em grupos internos (endo grupos, ou grupos aos quais pertencem) e grupos externos (exo grupos, ou grupos aos quais não pertencem), com base em características ou atributos compartilhados. Essa categorização resulta no desenvolvimento de favoritismo em relação aos grupos internos e de desprezo pelos grupos externos.

No cerne da TIS, podemos identificar três conceitos-chave: categorização social, identificação social e comparação social. A categorização social refere-se ao processo cognitivo de agrupar indivíduos em categorias sociais com base em similaridades percebidas. Essa categorização auxilia os indivíduos na definição de sua identidade social e na distinção entre grupos internos e grupos externos. A identificação social envolve a adoção da identidade de um grupo específico, proporcionando um senso de autoestima e pertencimento a esse grupo. A comparação social ocorre quando os indivíduos avaliam positivamente seu grupo interno em comparação com os grupos externos, o que aumenta sua autoestima e reforça a distinção do grupo.

No entanto, as pressões para avaliar positivamente o próprio grupo através de comparações com grupos externos levam os grupos sociais a buscar diferenciação uns dos outros (Tajfel, 1978). Com base nessa premissa, é possível identificar algumas variáveis que influenciam a diferenciação entre grupos em situações sociais concretas.

A primeira variável é que os indivíduos devem internalizar sua filiação ao grupo como parte de seu autoconceito (Tajfel & Turner, 2004). Por exemplo, consideremos um indivíduo que pertence a um clube esportivo. Ele participa regularmente das atividades do clube, interage com outros membros e sente uma conexão emocional com o grupo. Nesse caso, ele internalizou sua pertença ao grupo como uma parte essencial de seu senso de identidade, reconhecendo-se como membro do clube.

A segunda variável é que a situação social deve permitir comparações entre grupos que possibilitem a seleção e avaliação dos atributos relacionais relevantes (Tajfel & Turner, 2004). A maneira de exemplo, podemos considerar uma competição entre estudantes em um evento acadêmico. Durante a competição, a situação social permite que os participantes comparem o desempenho de suas equipes em relação a atributos relevantes, como conhecimento, habilidades e estratégias. Os estudantes têm a oportunidade de selecionar e avaliar os aspectos relacionais que determinam o sucesso de suas equipes em comparação com a outra equipe.

A terceira variável é que os grupos internos não se comparam com todos os grupos externos disponíveis cognitivamente; o grupo externo deve ser percebido como um grupo de comparação relevante. A proximidade e a

saliência situacional são variáveis que determinam a comparabilidade com o grupo externo. (Tajfel & Turner, 2004, p. 285)

Um exemplo disso pode ser encontrado em um ambiente de trabalho, onde existem várias equipes de diferentes departamentos. Dentro de cada equipe, os membros se comparam e se identificam uns com os outros. No entanto, quando se trata de comparar suas equipes com outros grupos externos, a proximidade e a saliência situacional desempenham um papel crucial. Por exemplo, se houver um projeto conjunto com outra empresa, os membros de cada equipe podem perceber o grupo da outra empresa como um grupo de comparação relevante, levando em consideração fatores como objetivos, desempenho e estratégias de trabalho.

Lousã (2000) considera que os indivíduos se definem não só através do conhecimento das características e atributos que descrevem o grupo ou categoria social, mas também por meio do significado avaliativo e do investimento emocional associado a essa pertença. As componentes cognitiva, avaliativa e emocional são necessárias para a construção da identidade social (Lousã, 2000).

Assim, a Teoria da Identidade Social tem sido aplicada em diversos contextos e contribuído para a compreensão dos fenômenos intergrupais. Ela desempenha um papel fundamental na explicação de conflitos intergrupais, preconceito e discriminação. A TIS sugere que quando os indivíduos se identificam fortemente com seu grupo interno, eles são mais propensos a se envolver em comportamentos discriminatórios em relação aos membros do grupo externo.

Além da Teoria da Identidade Social (TIS), é importante mencionar a Teoria da Auto Categorização (SCT, na sigla em inglês), proposta por John Turner e Katherine J. Reynolds. Essa teoria constrói sobre as bases da TIS e concentra-se nos processos cognitivos subjacentes à categorização social (Lousã, 2000). A SCT explica como as pessoas percebem e processam a identidade social em diferentes contextos sociais. Ela se baseia na ideia de que os indivíduos possuem uma necessidade psicológica de se categorizarem em grupos sociais, sendo a identidade social um componente essencial da autoestima e do comportamento humano.

De acordo com a SCT, as pessoas não apenas se veem como indivíduos únicos, mas também se identificam com grupos sociais específicos. Essa identificação social pode ocorrer em diferentes níveis, desde categorias amplas, como nacionalidade ou gênero, até categorias mais específicas, como clubes esportivos ou profissões. Ao se identificarem com um grupo, as pessoas internalizam as normas, valores e características desse grupo, moldando seu autoconceito e influenciando seu comportamento.

O autoconceito social refere-se ao sistema de representações cognitivas do eu, baseado em comparações com outras pessoas relevantes para a interação social. Esse sistema constitui uma hierarquia de classificação em diferentes níveis de abstração (Turner *et al.*, 1987). A Tabela 1 apresenta os Níveis de abstração do autoconceito social.

Tabela 1 Níveis de abstração do autoconceito social (adaptado de Lousã, 2000)

<b>NÍVEL DE ABSTRAÇÃO</b>	<b>AUTO-CONCEITO SOCIAL (Turner, et al. 1987)</b>
<b>Nível superordenado</b>	Nível da identidade humana – baseado na distinção entre a espécie humana, comparada a outras manifestações de vida.
<b>Nível intermédio</b>	Nível da identidade social – embasado na distinção entre diferentes coletividades, tais como posição social, etnia, nacionalidade, profissão, idade, entre outros.
<b>Nível subordinado</b>	Nível da identidade pessoal – estabelecido pelas peculiaridades que tornam o indivíduo singular em relação aos demais membros do endogrupo que o definem como uma pessoa específica.

No nível mais amplo, ocorre a comparação entre a dimensão humana e outras dimensões de seres vivos, como diferentes espécies, o que estabelece a identidade humana. Por exemplo, ao comparar um ser humano com um felino, é possível identificar características específicas que definem a humanidade. No nível intermediário, ocorre a comparação entre membros do próprio grupo e membros de outros grupos, influenciando a formação da identidade social (Lousã, 2000). Por exemplo, ao comparar pessoas de diferentes nacionalidades, destacam-se as diferenças culturais e sociais que definem cada grupo. No nível mais específico, a comparação é feita entre o próprio indivíduo e os outros membros do seu grupo, o que resulta na identidade pessoal. Por exemplo, ao comparar uma pessoa com seus amigos próximos, podem surgir características individuais únicas que a diferenciam dos demais membros do grupo. Em qualquer um desses níveis de auto categorização, há uma tendência para que o indivíduo busque uma distinção positiva em relação aos outros (Turner *et al.*, 1987). Essa busca por distintividade pode ocorrer tanto entre o indivíduo e os membros do seu grupo (no nível mais específico), como entre o grupo ao qual pertence e outros grupos (no nível intermediário).

Nesse contexto, com base no texto de Turner et al. (1987), podemos resumir que a Teoria da Categorização Social explora como os indivíduos se categorizam em contextos sociais. A teoria propõe que os indivíduos possuem múltiplas identidades sociais, dependentes do contexto, e que essas identidades são formadas por meio do processo de auto categorização. A SCT sugere que os indivíduos se agrupam com base em semelhanças e diferenças em relação aos outros, e que essas identidades de grupo podem influenciar comportamentos e atitudes. Além disso, a SCT propõe que os indivíduos podem se categorizar em diferentes níveis de abstração, como os níveis interpessoal, intergrupar e superordenado (Turner *et al.*, 1987). Kruglanski e Higgins (2007) destacam que, embora a pesquisa sobre identidades sociais geralmente se concentre em uma identidade social específica, é pressuposto que os

autoconceitos contenham várias identidades sociais e pessoais. Os indivíduos podem se categorizar em diferentes níveis de abstração e se definir em termos de múltiplas identidades sociais que se conectam e se intersectam de diferentes maneiras (Brewer, 1999).

### **Fatores da Identidade Social**

Assim, fica claro que, no processo de construção da identidade, as pessoas não se limitam apenas a descrever traços individuais que as tornam únicas, mas também se situam dentro do contexto social ao afirmarem categorias sociais. Essas categorias vão além de características pessoais e englobam elementos como gênero, etnia e papéis sociais, como ser pai ou cônjuge.

Na tentativa de responder à pergunta sobre a similaridade ou diferença das diversas formas de identidade social, Tajfel (1981) estabeleceu distinções entre duas categorias: a categoria atribuída a alguém e a categoria dos grupos sociais aos quais alguém pertence. Ele sugeriu que esses dois termos podem representar apenas "o começo e o fim de um longo processo psicossocial" (1981, p. 311), mas não desenvolveu essa análise em detalhes (Deaux et al., 1995).

Deaux et al. (1995) tiveram como objetivo listar uma ampla gama de identidades sociais às quais as pessoas se vinculam. Para isso, realizaram uma análise fatorial exploratória e identificaram cinco fatores que representam os cinco tipos de identidade social identificados: relacionamentos pessoais, profissões/atividades, filiações políticas, grupos étnicos/religiosos e grupos estigmatizados. Essas identidades foram agrupadas com base na percepção de similaridade, e a distribuição desigual de identidades em cada *cluster* pode refletir a realidade, uma vez que as pessoas têm mais identidades de um tipo do que de outro. No entanto, os pesquisadores observam que muitas outras identidades não mencionadas na amostra original poderiam ser incluídas em cada um desses *clusters*.

Contudo, dentre os tipos de identidade social identificados por Deaux et al. (1995), os grupos estigmatizados têm sido mais ativos na tentativa de identificar dimensões que diferenciam várias formas de estigma. Nesse sentido, Katz (1981) se refere às diferentes dimensões do estigma:

Para desenvolver uma compreensão adequada dos fenômenos do estigma, é necessário levar em conta as maneiras importantes pelas quais os estigmas podem diferir uns dos outros. Distinguem-se três tipos amplamente diferentes de estigma: "abominações do corpo", que consistem em várias deformidades físicas, deficiências e doenças crônicas; "manchas de caráter individual", que são inferidas a partir de um histórico conhecido de comportamento socialmente desviante; e o "estigma tribal herdado de raça, nação e religião". Isso, é claro, não é uma taxonomia completa, embora pareça um ponto de partida útil para pensar nas variações do estigma e em seus efeitos diferenciais sobre o portador e o observador não estigmatizado. (Katz, 1981, p. 2)

Nesse sentido, as dimensões sugeridas incluem a visibilidade da condição estigmatizante, o perigo percebido representado pela pessoa estigmatizada e a responsabilidade percebida da pessoa pelo estigma (Deaux et al., 1995). Esses fatores podem influenciar a forma como os indivíduos percebem e reagem ao estigma, afetando as interações sociais e os comportamentos de discriminação.

Além disso, é importante ressaltar que a identidade social também desempenha um papel fundamental na formação de atitudes favoráveis em relação ao próprio grupo, sem necessariamente gerar atitudes negativas em relação a outros grupos. Essa preferência pelo

grupo de pertencimento pode manifestar-se por meio da atribuição de características positivas aos seus membros e pela demonstração de uma atitude mais favorável em relação a eles, conforme demonstrado em diversas pesquisas.

Nesse contexto, estudos realizados por Brewer (1979), revelaram que fatores como competição entre grupos, similaridade e diferenças de status influenciam indiretamente o viés de grupo, afetando a relevância das distinções entre o grupo interno e o grupo externo. Além disso, observou-se que o aumento do viés de grupo está mais relacionado ao aumento do favoritismo em relação aos membros do grupo interno do que ao aumento da hostilidade em relação aos membros do grupo externo (Brewer, 1979). Essas descobertas destacam a complexidade das dinâmicas intergrupais e a importância de considerar vários fatores na compreensão do viés de grupo.

De acordo com Brewer (1999) grande parte do preconceito intragrupal e da discriminação intergrupar é motivada pelo tratamento preferencial dos membros do próprio grupo, em vez de uma hostilidade direta em relação aos membros do grupo externo. Isso significa que o viés positivo em relação ao grupo frequentemente coexiste com atitudes negativas e estereótipos em relação aos membros de grupos externos.

Sherman et al. (1998) sugerem que diferenças básicas na maneira como os julgamentos sobre grupos internos e grupos externos são feitos contribuem para o estabelecimento e perpetuação do viés entre grupos, diminuindo a estabilidade das impressões negativas sobre o grupo interno e positivas sobre o grupo externo, e aumentando a estabilidade das impressões positivas sobre o grupo interno e negativas sobre o grupo externo.

Desta maneira, a identidade social também pode levar ao descrédito de grupos externos, em que os indivíduos têm atitudes e estereótipos negativos em relação aos membros de outros grupos. Essa tendência de desvalorizar grupos externos serve para realçar a distintividade positiva do grupo interno e reforçar a autoestima dos indivíduos. O descrédito de grupos externos pode se manifestar por meio de crenças preconceituosas, comportamentos discriminatórios, estereótipos e conflitos intergrupais. A intensidade dessas atitudes negativas em relação a grupos externos pode variar dependendo de fatores como a ameaça percebida representada pelo grupo externo, a saliência da identidade social e o contexto intergrupar.

## **Estereótipos**

Ao longo da história, os estereótipos têm desempenhado um papel significativo na estratificação da sociedade e na formação e definição de grupos oprimidos, abrangendo características como gênero, status social, raça, religião e status financeiro. Juntamente com o preconceito, eles têm influenciado a maneira como os grupos externos são vistos e tratados. Nesse contexto, a Teoria do Domínio Social (TDS) (Sidanius & Pratto, 1999), busca combinar teorias psicossociais das relações intergrupais com ideologias e processos de legitimação de desigualdades sociais (Abad & Abad, 2021).

A TDS explica a necessidade subconsciente de defender as hierarquias sociais com base em uma série de ideais e sistemas de crenças. Nesse contexto, um grupo hegemônico ou opressor detém uma quantidade desproporcional de benefícios, como status social, poder, dinheiro e papéis socialmente valorizados, enquanto um grupo subordinado ou oprimido se encontra em uma situação desproporcionalmente inversa (Acosta, 2019).

Por exemplo, na sociedade contemporânea, em geral, as pessoas brancas desfrutam de certos privilégios, como oportunidades de emprego, melhor acesso à alimentação e saúde, maior expectativa de vida e mais facilidades para transmitir recursos aos filhos, como riqueza,

educação e conexões sociais. No contexto atual da pandemia as pessoas negras e outras minorias têm quatro vezes mais chances de morrer de Covid-19 (Dyer, 2020). No entanto, a imagem geral das minorias e das pessoas oprimidas nesta sociedade contrasta fortemente com as "virtudes culturais" e a imagem do grupo dominante, que muitas vezes são vistas como indisciplinadas, perigosas, preguiçosas e desonestas (Pratto *et al.*, 2000).

De acordo com a TDS, os mitos legitimadores (Sidanius & Pratto, 1999) são uma combinação de preconceito, suposições de inferioridade de grupos marginalizados e conservadorismo político. Esses mitos ideológicos persistentes são utilizados para legitimar as estruturas existentes de desigualdade, retratando-as como justas e desejáveis (Islam, 2014). A TDS explica como fatores como ideologias culturais, comportamentos discriminatórios, papéis sociais e propensões psicológicas ao preconceito de grupo se combinam para manter a hierarquia social (Pratto *et al.*, 2000). Isso proporciona uma compreensão mais clara de por que os grupos são oprimidos e como essa opressão continua: a continuidade do status quo da desigualdade não é um fenômeno individual, mas sistêmico (Acosta, 2019).

Pratto *et al.* (2000) consideram o aspecto psicológico da TDS ao introduzir uma variável individual chamada Orientação de Domínio Social (ODS). Essa orientação reflete até que ponto uma pessoa deseja que seu grupo domine e seja superior a outros grupos. A ODS é uma atitude em relação às relações intergrupais, refletindo a preferência individual por relações hierárquicas ordenadas em uma dimensão de superioridade-inferioridade (Pratto *et al.*, 1994). Embora essas crenças possam beneficiar alguns membros do grupo dominante, a internalização dessas crenças pelos grupos oprimidos também serve para impedir seu engajamento em ações sociais contra desigualdades e preconceitos (Islam, 2014).

Assim, os estereótipos são crenças generalizadas e representações cognitivas sobre as características, atributos e comportamentos de um determinado grupo social. A identidade social contribui para a formação e manutenção de estereótipos, uma vez que os indivíduos categorizam os outros com base em filiações grupais. Os estereótipos podem perpetuar julgamentos tendenciosos, suposições e comportamentos discriminatórios em relação aos membros dos grupos externos. O preconceito, que se refere a atitudes e emoções negativas em relação a indivíduos com base em sua filiação grupal, pode decorrer desses estereótipos e processos de identidade social. O preconceito pode se manifestar de forma explícita ou sutil, afetando as interações sociais, oportunidades e estruturas sociais.

### **Identidade Social na Perspectiva da Psicologia Cultural**

Oyserman (2007) argumenta de forma convincente que a cultura desempenha um papel fundamental na formação das identidades sociais, pois fornece padrões compartilhados de significado que moldam a maneira como os membros de uma cultura específica percebem a si mesmos e aos outros. Esses sistemas compartilhados de significado são transmitidos ao longo das gerações e influenciam quais grupos são considerados importantes e como eles são caracterizados. Além de compartilhar uma língua e localização comuns, as culturas envolvem crenças, percepções, avaliações e comportamentos compartilhados, que ajudam a definir as identidades sociais (Oyserman, 2007).

Em um estudo seminal no campo da psicologia cultural, Geert Hofstede (2013) desenvolveu um modelo de cinco dimensões culturais que ajudam a compreender e comparar as diferenças entre culturas nacionais. Uma das dimensões mais amplamente estudadas é a dicotomia entre individualismo e coletivismo, que examina a relação entre o indivíduo e o grupo na sociedade. Culturas individualistas valorizam a independência, a autossuficiência e a realização individual, enquanto culturas coletivistas enfatizam a interdependência, a lealdade ao grupo e a harmonia

social. Enquanto o individualismo enfoca o indivíduo e seus interesses pessoais, o coletivismo concentra-se nos grupos e nas relações que conectam e obrigam mutuamente os indivíduos. Por exemplo, em uma cultura individualista, o sucesso pessoal e a autonomia podem ser altamente valorizados, enquanto em uma cultura coletivista, a harmonia do grupo e a interdependência social podem ser mais enfatizadas.

A perspectiva cultural do self argumenta que as culturas podem ser classificadas com base na ênfase que dão aos valores individualistas ou coletivistas nas práticas de socialização (Oyserman, 2007). Sociedades que valorizam o coletivismo nas práticas de socialização tendem a promover a criação de filhos e outras práticas que fortalecem um senso de autoconceito relacionado, social ou coletivo, no qual o indivíduo é percebido como parte de grupos sociais e encontra significado e agência por meio de suas afiliações a esses grupos. Por exemplo, em algumas culturas orientais, como a japonesa, é comum que a identidade individual seja fortemente influenciada pela pertença a grupos, como a família, a empresa ou a comunidade local. Por outro lado, o individualismo implica um foco pessoal no self, buscando sentir-se bem consigo mesmo, ser único ou distinto. Em sociedades individualistas, a autodefinição muitas vezes se baseia em traços abstratos e características pessoais, em vez de depender de descritores sociais ou situacionais, que são mais comumente encontrados em contextos coletivistas (Oyserman, 2007).

A cultura não apenas fornece um contexto compartilhado de significado, mas também molda os padrões de identificação e pertencimento social, desempenhando um papel central na construção da identidade social de um indivíduo dentro de um grupo cultural específico.

### **Considerações finais**

Compreender a dinâmica da identidade social e das relações intergrupais é fundamental para reduzir o preconceito e promover interações positivas. Estratégias como contato intergrupar, exercícios de perspectiva e treinamento de empatia têm mostrado eficácia nesse sentido. Além disso, a criação de ambientes inclusivos, a promoção da cooperação entre grupos e o questionamento de estereótipos contribuem para o estabelecimento de relações intergrupais positivas.

Ao reconhecer o impacto da identidade social nas atitudes, estereótipos e comportamentos, podemos desenvolver intervenções e políticas que promovam a inclusão, equidade e coesão social. A identidade social molda nossa visão e identificação com um grupo, influenciando nossas atitudes em relação a outros grupos. Por exemplo, uma forte identificação étnica geralmente resulta em atitudes positivas em relação ao próprio grupo e menos favoráveis em relação a outros grupos étnicos.

Além disso, a identidade social influencia nossos comportamentos, levando-nos a agir de acordo com as normas e expectativas do grupo ao qual pertencemos. Isso pode resultar em comportamentos cooperativos e solidários dentro do grupo, mas também em comportamentos competitivos ou discriminatórios em relação a outros grupos.

Destarte, as relações intergrupais são influenciadas pela identidade social, afetando nossas percepções e atitudes em relação a outros grupos. Isso pode levar à formação de estereótipos, preconceitos e conflitos. No entanto, a identidade social também pode ser uma fonte de conexão e cooperação entre grupos, especialmente quando há uma identidade compartilhada ou objetivos comuns.

A identidade social é um tema complexo, influenciado por diversos fatores, como raça, etnia, gênero, religião, nacionalidade e interesses compartilhados. É importante destacar que a

identidade social não é fixa, podendo mudar ao longo do tempo com novas experiências e interações sociais. Além disso, outros fatores, como personalidade, experiências de vida e contexto social, também desempenham um papel importante em nossa formação como indivíduos. Portanto, é essencial explorar a identidade social para uma compreensão mais profunda de nós mesmos e dos outros.

Promover a inclusão e a diversidade é fundamental, reconhecendo a importância da identidade social e seu impacto nas interações sociais. Isso envolve a promoção da igualdade de oportunidades, o combate ao preconceito e à discriminação, e a valorização da diversidade como uma força positiva em nossas vidas. Com a implementação de programas de sensibilização, políticas inclusivas e a promoção de interações intergrupais positivas, podemos criar comunidades mais fortes, coesas e acolhedoras para todos.

### Limitações do Estudo

É possível argumentar que, devido à limitação de espaço, o artigo se baseia em uma perspectiva teórica específica, deixando de considerar outras abordagens ou teorias alternativas que poderiam fornecer *insights* adicionais sobre a influência da identidade social. Além disso, é crucial considerar a importância de uma abordagem interseccional, que envolve a análise das interseções entre diferentes identidades sociais, como gênero, raça, classe social, entre outras. Essas interseções podem influenciar de maneira complexa as atitudes, comportamentos e relações intergrupais individuais.

### Referências

- Abad, T. M. M., & Abad, A. (2021). *Giftedness and Talent: The Triple Invisibility of Gifted Black Women Students* [Preprint]. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2570>
- Acosta, M. D. (2019). *Gifted Education: A Multi-Case Study on the Identification Process of Historically Underrepresented Students in Gifted Programs in North Carolina*.
- Brewer, M. B. (1979). In-group bias in the minimal intergroup situation: A cognitive-motivational analysis. *Psychological Bulletin*, 86(2), 307–324. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.86.2.307>
- Brewer, M. B. (1991). The Social Self: On Being the Same and Different at the Same Time. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 17(5), 475–482. <https://doi.org/10.1177/0146167291175001>
- Brewer, M. B. (1999). The Psychology of Prejudice: Ingroup Love and Outgroup Hate? *Journal of Social Issues*, 55(3), 429–444. <https://doi.org/10.1111/0022-4537.00126>
- Brown, J. D. (1998). *The self* Boston. MA: McGraw-Hill.
- Deaux, K., Reid, A., Mizrahi, K., & Ethier, K. A. (1995). Parameters of social identity. *Journal of personality and social psychology*, 68(2), 280.
- Dyer, O. (2020). Covid-19: Black people and other minorities are hardest hit in US. *BMJ*, m1483. <https://doi.org/10.1136/bmj.m1483>
- Hofstede, G. (2013). *Culture's consequences: Comparing values, behaviors, institutions, and organizations across nations* (2. ed. [Nachdr.]). Sage.
- Islam, G. (2014). Social dominance theory. *Encyclopedia of Critical Psychology*, 28(1), 1779–1781.
- Katz, I. (1981). *Stigma: A social psychological analysis*. L. Erlbaum Associates.
- Komatsu, H., Yagasaki, K., Saito, Y., & Oguma, Y. (2017). Regular group exercise contributes to balanced health in older adults in Japan: A qualitative study. *BMC Geriatrics*, 17(1), 190. <https://doi.org/10.1186/s12877-017-0584-3>

- Kruglanski, A. W., & Higgins, E. T. (Orgs.). (2007). *Social psychology: Handbook of basic principles* (2nd ed). Guilford Press.
- Lousã, E. P. de F. (2000). Identidade social e auto-categorização. *Revista da UFP*, 5, 271–282.
- Oyserman, D. (2007). Social Identity and Self-Regulation. Em *Social psychology: Handbook of basic principles* (2º ed). Guilford Press.
- Pratto, F., Liu, J. H., Levin, S., Sidanius, J., Shih, M., Bachrach, H., & Hegarty, P. (2000). Social dominance orientation and the legitimization of inequality across cultures. *Journal of cross-cultural psychology*, 31(3), 369–409.
- Pratto, F., Sidanius, J., Stallworth, L. M., & Malle, B. F. (1994). Social dominance orientation: A personality variable predicting social and political attitudes. *Journal of personality and social psychology*, 67(4), 741.
- Sherman, J. W., Klein, S. B., Laskey, A., & Wyer, N. A. (1998). Intergroup Bias in Group Judgment Processes: The Role of Behavioral Memories. *Journal of Experimental Social Psychology*, 34(1), 51–65. <https://doi.org/10.1006/jesp.1997.1342>
- Sidanius, J., & Pratto, F. (1999). *Social Dominance: An Intergroup Theory of Social Hierarchy and Oppression* (1º ed). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139175043>
- Tajfel, H. (Org.). (1978). *Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup relations*. Published in cooperation with European Association of Experimental Social Psychology by Academic Press.
- Tajfel, H. (1981). *Human groups and social categories: Studies in social psychology*. Cup Archive.
- Tajfel, H. (1982). Grupos Humanos e Categorias Sociais II, Portugal: Livros Horizonte, 1983. *Cap*, 12, 289–303.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (2004). The social identity theory of intergroup behavior. Em *Political psychology* (p. 276–293). Psychology Press.
- Turner, J. C., Hogg, M. A., Oakes, P. J., Reicher, S. D., & Wetherell, M. S. (1987). *Rediscovering the social group: A self-categorization theory*. basil Blackwell.
- Turner, J. C., & Oakes, P. J. (1986). The significance of the social identity concept for social psychology with reference to individualism, interactionism and social influence. *British Journal of Social Psychology*, 25(3), 237–252. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8309.1986.tb00732.x>